

# SUMÁRIO

---

<b>1. Evolução histórica</b> .....	1
1.1. Generalidades.....	1
1.2. Direito comparado.....	4
1.3. Evolução no Direito brasileiro .....	9
1.4. Considerações sobre a inexistência de <i>vacatio legis</i> .....	24
<b>2. Conceito</b> .....	27
<b>3. Natureza jurídica</b> .....	31
<b>4. Condições da ação</b> .....	35
4.1. Legitimidade das partes .....	37
4.1.1. Legitimidade ativa no Mandado de Segurança .....	38
4.1.2. Legitimidade ativa das pessoas jurídicas de Direito Público.....	41
4.1.3. Legitimidade passiva no Mandado de Segurança.....	42
4.1.3.1. Indicação equivocada da autoridade coatora e a teoria da encampação .....	48
4.1.4. Ministério Público.....	51
4.1.5. Litisconsórcio.....	53
4.1.6. Intervenção de terceiros .....	56
4.1.7. <i>Amicus curiae</i> .....	58
4.1.8. Terceiro prejudicado e substituição processual.....	62
4.2. Interesse de agir.....	63
4.2.1. Atos administrativos .....	66
4.2.2. Atos judiciais.....	67
4.2.3. Atos legislativos e lei em tese .....	71
4.2.4. Mandado de Segurança e o devido processo legislativo....	76
4.2.5. Lei inconstitucional.....	77

4.3.	Direito líquido e certo e ilegalidade ou abuso de poder .....	78
4.3.1.	Ato disciplinar .....	81
4.3.2.	Ato de dirigente de estabelecimento particular.....	81
4.3.3.	O Mandado de Segurança e os atos de gestão na Lei n.º 12.016/2009 .....	82
4.3.4.	O cabimento do Mandado de Segurança contra omissão nos casos em que se admite interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo .....	85
<b>5.</b>	<b>Competência</b> .....	<b>87</b>
5.1.	Generalidades.....	87
5.2.	A competência no Mandado de Segurança .....	88
5.3.	Competência originária .....	88
5.4.	A competência e a delegação de função federal.....	94
5.5.	<i>A perpetuatio jurisdictionis</i> .....	95
5.6.	Competência estadual e dos Juizados Especiais .....	95
5.7.	Competência recursal e recurso ordinário .....	97
<b>6.</b>	<b>Procedimento</b> .....	<b>99</b>
6.1.	Generalidades.....	99
6.2.	Fase postulatória .....	100
6.3.	Requisitos da petição inicial.....	102
6.4.	Desistência do Mandado de Segurança .....	108
6.5.	Prazo para o ajuizamento da ação mandamental – decadência ....	112
6.5.1.	Constitucionalidade de prazo legal para exercício de mandado de segurança .....	113
6.5.2.	A contagem de prazo no Mandado de Segurança .....	114
6.5.3.	Prazo para o Mandado de Segurança contra ato omissivo .....	118
6.6.	As provas admitidas e o Mandado de Segurança .....	122
6.7.	O Mandado de Segurança e o processo eletrônico .....	125
6.8.	Citação das partes .....	125
6.9.	A tutela provisória e o Mandado de Segurança .....	127
6.10.	Caução.....	132
6.11.	Perda da eficácia da liminar .....	133
6.12.	A recorribilidade do provimento sobre a liminar.....	136

6.13.	Suspensão da liminar ou da segurança .....	138
6.13.1.	Legitimidade para requerer a suspensão de liminar.....	140
6.13.2.	Do cabimento de suspensão de liminar no âmbito do Supremo Tribunal Federal.....	142
6.13.3.	Cabimento de suspensão de segurança contra decisões definitivas .....	143
6.13.4.	Procedimento da suspensão de liminar ou segurança ....	144
6.14.	Resposta do réu .....	147
6.15.	Estabilização da demanda.....	148
6.16.	Notificação da autoridade coatora e ciência da pessoa jurídica de Direito Público .....	149
<b>7.</b>	<b>Sentença e acórdão no Mandado de Segurança .....</b>	<b>153</b>
7.1.	Natureza da sentença.....	156
7.2.	Limites dos efeitos da sentença .....	158
7.3.	Responsabilidade pelo descumprimento de sentença concessiva do Mandado de Segurança .....	159
7.4.	Notas sobre a mandamentalidade das decisões judiciais.....	162
7.5.	Coisa julgada .....	164
7.5.1.	Generalidades .....	164
7.5.2.	Coisa julgada no Mandado de Segurança .....	166
<b>8.</b>	<b>Execução .....</b>	<b>169</b>
8.1.	Generalidades.....	169
8.2.	Execução no Mandado de Segurança.....	170
8.2.1.	Execução de pedido declaratório ou constitutivo .....	174
8.2.2.	Execução para entrega da coisa .....	174
8.2.3.	Execução de obrigações de fazer e não fazer .....	176
<b>9.</b>	<b>Recursos .....</b>	<b>179</b>
9.1.	Generalidades.....	179
9.2.	Recursos no Mandado de Segurança .....	182
9.2.1.	O Mandado de Segurança e a ordem dos processos nos tribunais.....	184
9.2.1.1.	Apelação .....	184
9.2.2.	Duplo grau obrigatório de jurisdição .....	186
9.2.3.	Recurso Ordinário Constitucional.....	188
9.2.4.	Recurso Especial e Recurso Extraordinário .....	189
9.2.5.	Embargos de divergência .....	195

9.2.6.	Agravo.....	196
9.2.7.	A técnica de complementação de julgamento colegiado ....	198
<b>10.</b>	<b>Honorários advocatícios – descabimento .....</b>	<b>201</b>
10.1.	Generalidades.....	201
10.2.	Os honorários e as ações de segurança .....	202
<b>11.</b>	<b>Mandado de Segurança Coletivo .....</b>	<b>203</b>
11.1.	Generalidades.....	203
11.2.	Condições da ação .....	207
11.2.1.	<i>Legitimatío ad causam</i> .....	211
11.2.2.	Legitimidade ativa no <i>mandamus</i> coletivo .....	211
11.2.3.	A legitimidade dos partidos políticos.....	214
11.2.4.	A legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações.....	215
11.2.5.	A legitimidade do Ministério Público .....	220
11.2.6.	A legitimidade da Defensoria Pública.....	221
11.2.7.	Legitimidade passiva no <i>mandamus</i> coletivo .....	221
11.3.	Interesse de agir.....	222
11.4.	Competência.....	222
11.5.	Aspectos procedimentais .....	222
11.6.	Desistência do pedido .....	223
11.7.	Sentença e coisa julgada.....	225
11.7.1.	A limitação territorial da coisa julgada .....	228
11.8.	Litispêndência entre ação coletiva e ação individual e entre mandados coletivos .....	229
<b>Anexo I</b>	<b>– Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009 .....</b>	<b>231</b>
<b>Anexo II</b>	<b>– Quadro comparativo .....</b>	<b>237</b>
<b>Jurisprudência do STJ</b>	<b>– Mandado de Segurança .....</b>	<b>249</b>
<b>Jurisprudência do STF</b>	<b>– Mandado de Segurança .....</b>	<b>427</b>
<b>Bibliografia</b> .....		<b>543</b>